

A VIA DOURADA FRENTE A VIA VERDE: AS POLÍTICAS DE ARMAZENAMENTO E ACESSO CONCEDIDAS PELAS REVISTAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS A PARTIR DO DIADORIM

Phillipe de Freitas Campos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Universidade de Brasília (UnB), Brasil
phillipecampos@ibict.br

Raphael Faria Vilas Boas

Universidade de Brasília, Brasil
raphaelboas@ibict.br

Juliana Araujo Gomes de Sousa

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil
julianasousa@ibict.br

Denise Aparecida Freitas de Andrade

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil
deniseandrade@ibict.br

Priscila Machado Borges Sena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil
priscilasena@ibict.br

Bianca Amaro

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil
bianca@ibict.br

Washington Luis Ribeiro de Carvalho Segundo

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil
washingtonsegundo@ibict.br

Resumo

A Via/Estratégia Dourada (revistas científicas) e a Via/Estratégia Verde (repositórios digitais de Acesso Aberto) representam o cerne do Movimento de Acesso Aberto à informação científica e são complementares entre si. Deste modo, estudos que analisem o *modus operandi* destas Vias/Estratégias precisam ser feitos para que se entenda a maneira como o Acesso Aberto tem se desenvolvido mundo afora. Este artigo analisa como as revistas científicas brasileiras cadastradas no Diretório de políticas editoriais das revistas científicas

brasileiras (Diadorim) posicionam-se no que diz respeito às políticas de armazenamento e acesso dos artigos em repositórios digitais. De posse dos dados providos pelas 3.133 revistas científicas eletrônicas em situação vigente registradas no Diadorim em outubro de 2023, os dados foram compilados em um arquivo do tipo CSV no qual foi aplicado metodologia exploratória e descritiva com abordagem quantitativa para obtenção dos resultados. As revistas científicas brasileiras cadastradas no Diadorim têm se portado de maneira favorável ao cumprimento da Via Verde. As revistas analisadas são majoritariamente de Acesso Aberto e utilizam licenças abertas do tipo *Creative Commons* para regular a gestão dos direitos autorais com os autores. Há alinhamento entre as duas Vias do Acesso Aberto, de modo que uma não inviabiliza a execução da outra, ainda que haja restrições pontuais. Por outro lado, o referencial bibliográfico utilizado mostra que existem dificuldades operacionais para o povoamento dos sistemas que compõem a Via Verde, de modo que mudanças estruturais no *modus operandi* da comunicação científica precisam ser pensadas.

Palavras-chave: Revistas científicas. Repositórios digitais. Diretório de políticas editoriais (Diadorim).

The golden way compared to the green way: the storage and access policies granted by brazilian scientific journals from DIADORIM

Abstract: The Golden Road/Strategy (scientific journals) and the Green Road/Strategy (open-access digital repositories) represent the core of the Open Access Movement to scientific formation and are complementary to each other. Thus, studies analyzing the *modus operandi* of these Roads/Strategies need to be conducted to understand how Open Access has been developing world wide. This article examines how Brazilian scientific journals registered in the Directory of Editorial Policies of Brazilian Scientific Journals (Diadorim) position them selves regardings to rageand access policies of articles in digital repositories. Using data from the 3,133 electronic scientific journals currently registered in Diadorim as of October 2023, the data were compiled into a CSV file and exploratory, descriptive method logy with a quantitative approach was applied to obtain the results. Brazilian scientific journals registered in Diadorim haves how a favorable approach towards compliance with the Green Road. The analyzed journals are predominantly open Access and utilize Creative Commons open licenses to manage copyright with authors. There is alignment between the two Open Access Roads, such that one does nothing derthe execution of the other, although there are occasional restrictions. On the other hand, the bibliographic reference use dindicates operational difficulties in populating the systems that constitute the Green Road, necessity ating structural change in the *modus operandi* of scientific communication.

Keywords: Scientific journals. Digital repositories. Directory of editorial policies (Diadorim).

La vía dorada comparada con la vía verde: las políticas de almacenamiento y acceso otorgadas por las revistas científicas brasileñas de DIADORIM

Resumen: La Vía/Estrategia Dorada (revistas científicas) y la Vía/Estrategia Verde (repositorios digitales de Acceso Abierto) representan el núcleo del Movimiento de Acceso Abierto a la información científica y son complementarias entre sí. Por lo tanto, es necesario llevar a cabo estudios que analicen el *modus operandi* de estas Vías/Estrategias para comprender cómo se ha desarrollado el Acceso Abierto en todo el mundo. Este artículo examina cómo las revistas científicas brasileñas registradas en el Directorio de Políticas Editoriales de Revistas Científicas Brasileñas (Diadorim) se posicionan con respecto a las políticas de almacenamiento y acceso de los artículos en repositorios digitales. Utilizando datos de las 3,133 revistas científicas electrónicas actualmente registradas en Diadorim hasta octubre de 2023, se recopilieron los datos en un archivo CSV en el que se aplicó una metodología exploratoria y descriptiva con enfoque cuantitativo para obtener los resultados. Las revistas científicas brasileñas registradas en Diadorim han mostrado una actitud favorable al cumplimiento de la Vía Verde. Las revistas analizadas son principalmente de Acceso Abierto y utilizan licencias abiertas del tipo Creative Commons para regular la gestión de los derechos de autor con los autores. Existe un alineamiento entre las dos Vías de Acceso Abierto, de modo que una no impide la ejecución de la otra, aunque haya restricciones puntuales. Por otro lado, el referencial bibliográfico utilizado muestra que existen dificultades operativas para poblar los sistemas que componen la Vía Verde, por lo que es necesario pensar en cambios estructurales en el *modus operandi* de la comunicación científica.

Palabras clave: Revistas científicas. Repositorios digitales. Directorio de políticas editoriales (Diadorim).

INTRODUÇÃO

A ascensão do Movimento de Acesso Aberto (MAA) trouxe uma remodelagem ao ciclo da comunicação científica, onde questões e aspectos que antes não eram alvo de preocupação dos pesquisadores e das próprias instituições passaram a ser. Uma destas questões diz respeito aos direitos autorais que se é firmado entre o(s) autor(es) de um artigo científico e a revista em que se publica. Essa relação ocorre de modo automático, posto que a partir do momento que uma revista publica um determinado artigo passa-se a incidir sobre ele uma série de permissões e restrições, as quais nem sempre são de notório conhecimento de seu(s) autor(es).

No contexto mercadológico que imperava na comunicação científica antes da ascensão e consolidação do MAA, as barreiras enfrentadas pelos pesquisadores para ter acesso aos resultados de pesquisa eram vastas e geralmente atreladas aos preços cobrados pelas assinaturas de periódicos em editoras científicas comerciais e pelas restrições que estas impunham sob os conteúdos publicados. No que diz respeito a estas restrições e já traçando um paralelo com o MAA, Souza *et al.* (2012, p. 60) afirmaram que "após a produção e publicação de pesquisas financiadas com verba pública, surgem diversas barreiras para o acesso a estas por parte da comunidade acadêmica". Em concordância, Costa, Amaro e Assis (2012) apontaram que as editoras que apresentavam um sistema comercial de lucratividade com as publicações científicas temiam a perda da exclusividade de acesso aos textos, o que refletiria na perda de receita. Desse modo, as editoras proibiam que os artigos publicados fossem depositados nos repositórios ou disponibilizados por intermédio das revistas de Acesso Aberto, o que atrelava o acesso apenas para aqueles que pagavam.

Dos estudos citados até os dias de hoje já se passaram mais de 10 anos, e de certo modo são notadas mudanças nestes paradigmas, muito em decorrência de iniciativas nacionais e internacionais em defesa do MAA, como a publicação de políticas mandatórias de Acesso Aberto por universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento. Em um contexto mais recente, a pandemia causada pelo novo coronavírus a partir do ano de 2020 trouxe à tona a importância da evolução dos princípios do MAA, colocando em voga o Movimento da Ciência Aberta, que prevê a abertura e o compartilhamento de todo o processo científico. Sobre a Ciência Aberta, Bermúdez-Rodríguez *et al.* (2020) destacam que a corrida científica impulsionada pelo surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2) colocou em evidência a relevância do compartilhamento de dados e resultados de pesquisa de maneira mais rápida e aberta do que a do sistema convencional de comunicação científica.

Ante ao exposto e considerando a influência das revistas científicas nos Movimentos de Acesso Aberto e de Ciência Aberta, nesta pesquisa objetiva-se analisar as revistas científicas brasileiras cadastradas no Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras (Diadorim) no que diz respeito às políticas de armazenamento e acesso dos artigos em repositórios digitais. Especificamente, pretende-se verificar o posicionamento dessas revistas científicas em relação à Via Verde do MAA, que pressupõe a salvaguarda da produção científica institucional e/ou temática a partir do depósito desta produção em repositórios digitais de Acesso Aberto.

Para a análise pretendida, na próxima seção de revisão de literatura discorre-se sobre Acesso Aberto; Diadorim; Direitos autorais e Licenças *Creative Commons* (CC).

REFERENCIAL TEÓRICO

De modo a contextualizar a análise pretendida, nesta seção serão tratados os seguintes tópicos: a) Movimento de Acesso Aberto, considerando aspectos históricos e sua estrutura; b) o serviço Diadorim, especificamente acerca de sua gênese, propósitos e informações das revistas científicas obtidas através dele; c) Direitos autorais e Licenças *Creative Commons* e como estas questões afetam o ecossistema do Acesso Aberto.

MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

O Acesso Aberto à informação científica é um Movimento mundial que se potencializou principalmente a partir do final dos anos 80, momento em que houve “a impossibilidade de bibliotecas universitárias e de pesquisas americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários” (Mueller, 2006, p. 31). Isto ocorreu por conta dos valores cobrados pelas editoras científicas comerciais, fazendo com que as verbas destinadas ao financiamento da pesquisa não fossem suficientes para manter a assinatura das revistas científicas. Nesse cenário, era comum que pesquisadores não conseguissem mais ter acesso a suas próprias pesquisas depois que estas eram publicadas em revistas de acesso restrito. Como forma de minar essa problemática é que o Acesso Aberto surgiu, baseado na premissa de que todos os resultados de pesquisas científicas financiadas com recursos públicos deveriam ser de livre acesso (Kuramoto, 2006). O autor aprofunda sua reflexão e detalha melhor o ecossistema em que se sustenta o Acesso Aberto:

O (s) autor (es) e o(s) detentor (es) de direitos de reprodução (copyright) concede (m) a todos os usuários o acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo ao trabalho, assim como uma licença de cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública, e ainda de produzir e distribuir trabalhos dele derivados, em qualquer meio digital, para qualquer finalidade responsável, condicionado à devida atribuição de autoria. ... Uma versão integral do trabalho e de todo o material suplementar, incluindo uma cópia da permissão, em um formato eletrônico adequadamente padronizado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica. ... a qual vise a propiciar o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento a longo prazo (Kuramoto, 2006, p. 94-97).

Tendo em vista esse cenário, os próprios autores/pesquisadores começaram a questionar e se opor à forma como a comunicação científica estava estabelecida. Ademais, as novas formas de publicação e acesso à pesquisa que estavam surgindo no mercado geraram um ambiente propício para uma mudança efetiva no *modus operandi* do fazer científico. A partir de então a sociedade científica mundial começa a se reestruturar e vislumbrar o MAA como uma maneira mais justa de se fazer e publicar Ciência (Mueller, 2006). Esta reestruturação passa por uma série de avanços e ajustes, os quais se sustentam em importantes Convenções e Manifestos publicados mundo afora. Para efeitos deste estudo é importante entender com mais propriedade o momento em que surgem

as duas principais Vias do Acesso Aberto, as quais se consolidam na Declaração de Budapeste, em 2002.

Em linhas gerais, a origem do Movimento se pautou em duas Vias: a Via Verde, representada pelo autoarquivamento da produção científica em repositórios digitais de Acesso Aberto; e a Via Dourada, representada pelas revistas científicas de Acesso Aberto (Rio; Lucas; Amorim, 2019). Sobre a utilização dessas duas cores, é interessante trazer a explicação de Cunha (2018) baseada em um manuscrito de Harvard (2009), um dos principais ativistas do Acesso Aberto mundialmente:

De acordo com Harnard (2009), ele cunhou esses dois termos em um texto publicado no ano de 2004 em que abordava o acesso aberto por meio de revistas eletrônicas e também a partir de repositórios digitais (temáticos e institucionais). Harnard explica que utilizou verde para referir-se aos repositórios, aludindo à cor utilizada pelo site do Projeto SHERPA/RoMEO para identificar as políticas de editoras que endossam o acesso aberto dos artigos submetidos em repositórios institucionais de autoarquivamento. Já o adjetivo dourado foi utilizado por razões irônicas, referindo-se à corrida pelo ouro nos Estados Unidos à época de sua emancipação (Gold fever –Gold rush). (Cunha, 2018, p. 29)

Denota-se, portanto, que as duas Vias funcionam de maneiras distintas, porém complementares entre si. Enquanto a Via Dourada é a principal porta de entrada da produção científica publicada em artigos, a Via Verde é voltada a agregar e disseminar a produção científica institucional, no caso de um Repositório Institucional (RI), ou a produção científica de uma área do conhecimento, no caso de repositórios temáticos. À primeira vista pode não ser tão explícita a relação entre as duas Vias, mas há de se considerar que uma das tipologias documentais que povoam os RIs são os artigos científicos, decorrente do fato de a produção científica ser majoritariamente publicada neste tipo de documento. Sobre isso, tem-se concordância com a visão de Costa e Leite, ao apontarem que “tanto a origem quanto os objetivos do RI devem estar vinculados à informação científica, que tem nos artigos de periódicos uma das suas principais manifestações” (2016, p. 134).

Considerando que este tipo de documento é originalmente publicado em uma revista científica e que sob ele passam a incidir uma série de questões legais, é essencial compreender estes regramentos para então jogar luz sobre a questão dos direitos autorais mantidos ou cedidos aos autores/pesquisadores que publicam em revistas brasileiras. Ao entender estes regramentos também se torna possível compreender o tipo de relação que estes poderão tecer com os sistemas que compõem a Via Verde.

Diante da ascensão do Acesso Aberto e das questões relativas à manutenção ou cessão de direitos autorais por ele trazidas é que o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) criou o Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras (Diadorim), um serviço de informação “que tem por objetivo identificar, organizar e tornar públicas as informações sobre as permissões concedidas pelas editoras quanto ao tratamento de seus artigos no contexto do Acesso Aberto” (Costa et al., 2012, n. p.). Deste modo, a subseção que segue tratará especificamente sobre o funcionamento do Diretório e sua relação com as questões supracitadas.

DIADORIM: UM SERVIÇO DA VIA DOURADA PARA A VIA VERDE

O Diadorim é uma das iniciativas do IbiCT criadas no contexto do MAA. A necessidade de criação deste sistema foi apontada no estudo de Costa, Amaro e Assis (2012, p. 52) quando, ao estudarem serviços similares no contexto internacional, chegaram à conclusão de que “um serviço brasileiro de difusão de políticas ainda poderia contribuir para a criação de políticas nacionais para o Acesso Aberto que sejam coerentes com a realidade nacional.”

Ao encontro da necessidade identificada criou-se o Diadorim, uma iniciativa brasileira que permite a pesquisadores, editores científicos e gestores de repositórios institucionais e/ou temáticos consultarem as políticas de armazenamento e acesso em repositórios institucionais/temáticos concedidas pelas revistas científicas brasileiras aos artigos nelas publicadas (Diadorim, 2023). Na prática, o Diadorim possibilita que diferentes atores e instâncias envolvidas no processo de comunicação científica saibam quais direitos incidem sob os artigos a partir do momento em que se inicia uma relação entre seu(s) autor(es) e uma revista.

Para que o Diadorim seja capaz de agrupar e prover com autenticidade estas informações sobre as revistas é substancial apontar uma de suas características básicas: a autodeclaração. Na prática, isto significa que todas as informações providas pelo Diadorim são fornecidas por seus próprios editores ou por outros responsáveis diretos, cabendo à equipe gestora somente a validação dos dados por meio dos sites oficiais das revistas. O Diadorim possui 19 metadados, os quais cobrem informações de identificação e contato e as políticas de armazenamento e acesso concedidas pelas revistas. Apesar do Diadorim ser capaz de traçar com detalhe a política definida pela revista, para efeitos deste estudo são 3 (três) os metadados mais relevantes, a saber:

1. Disponibilidade para depósito
2. Tipo de acesso
3. Licença Creative Commons

De posse destas três informações particulares e das demais que são fornecidas pelo Diadorim, autores/pesquisadores, editores científicos, gestores de repositórios institucionais/temáticos e demais interessados conseguem compreender o modo como a revista se porta em relação aos direitos autorais que incidem sob os artigos que publica, fazendo com que o Diadorim seja uma iniciativa fundamental na tomada de decisão em diferentes momentos do processo de comunicação científica.

DIREITOS AUTORAIS, LICENÇAS *CREATIVE COMMONS* E ACESSO ABERTO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

No Brasil o direito autoral é regulamentado pela Lei nº 9.610/1998, a Lei de Direito Autoral (LDA), a qual tem sua parte mais substancial inalterada ao longo desses mais de 20 anos em vigência. Contudo, Amaro (2016) ao relacionar a LDA com o MAA aponta que os trechos da Legislação que mais importam são os artigos 1º, 5º, 28º e 29º da Lei. Enquanto o artigo 1º traz o arcabouço mais genérico do texto e aponta que os direitos autorais são “s direitos de autor e os que lhe são conexos”, o artigo 5º explicita o tipo de material que está sob o resguardo da Lei. Para efeitos deste estudo nos afeta especialmente os incisos I e V do referido artigo, que trazem:

I - publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo; V - comunicação ao público - ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares. (Brasil, 1998, n. p.)

Não obstante, tem-se o artigo 28º apontando que “Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica”, e o artigo 29º inciso IX dizendo que “Depende de autorização expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como: IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero” (Brasil, 1998, n. p.).

Quando lidos individualmente os referidos trechos não são alvos de grandes controvérsias, mas se tornam a partir do momento em que são colocados frente ao MAA. Ao abordar sobre a política de autoarquivamento que deveria ser implementada pelos repositórios institucionais, Amaro (2016) elucida um problema que em geral é desconhecido por alguns atores envolvidos no processo de comunicação científica:

Os pesquisadores para finalizarem o ciclo de uma pesquisa devem tornar os seus resultados públicos. Em grande parte das áreas do conhecimento esses resultados são publicados em revistas e livros científicos. No afã de encerrar a sua pesquisa e tê-la validada por seus pares, em geral, os pesquisadores terminam por assinar contratos de edição sem ter o conhecimento que está abrindo mão de seu direito de utilização de seu texto. Assim sendo, entre os autores pesquisadores, no mundo da produção científica, a transferência dos direitos patrimoniais é uma prática comum. Desta realidade decorre o problema do autoarquivamento, pois o próprio autor deverá solicitar permissões para a realização do depósito e autorização do acesso em um repositório institucional. (Amaro, 2016, p. 268).

Souza et al. (2012) já destacavam que no Brasil não existiam políticas que limitassem a apropriação pelas editoras dos conhecimentos científicos gerados com financiamento público. Mesmo após todos os recursos investidos na produção do conhecimento, o Estado acaba por pagar novamente pelo seu acesso. Retomando a visão de Amaro (2016), é notório que essa questão jurídica de cessão de direitos autorais pode ocorrer sem que o(s) autor(es) sequer tome(m) conhecimento de fato do que está(ão) cedendo. É nesse sentido que Carroll (2011) apontou uma das contribuições trazidas pelo MAA e que se acentua ainda mais com a utilização das Licenças *Creative Commons*:

Ao afastar o financiamento por meio das assinaturas, o modelo de Acesso Aberto realinha os direitos autorais para permitir ampla reutilização, garantindo aos autores e editores que eles recebam crédito pelo trabalho realizado. Isso é feito por meio de licenciamento aberto pelo proprietário dos direitos autorais. Inicialmente, os autores de um artigo detêm automaticamente os direitos autorais do artigo assim que ele é redigido. Se os autores assinarem um contrato que transfere os direitos exclusivos para o editor, este se torna o proprietário dos direitos autorais. O meio padrão para obter Acesso Aberto e respeitar os direitos autorais é que o proprietário dos direitos autorais (autor ou editor) use a licença *Creative Commons Attribution* (Carroll, 2011, n. p., tradução nossa)

Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 3) explicam a alternativa de utilizar “os direitos autorais para que as obras permaneçam abertas a todos, e não fechadas, permitindo também finalidades comerciais”. A perspectiva trazida pelos autores respalda-se na Declaração de Budapeste (2002), precursora do MAA, que é assertiva na apresentação de que “A única restrição é à reprodução e distribuição, e a única função dos direitos autorais neste domínio deve ser dar aos autores o controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados” (*Budapest Open Access Initiative*, 2002, n. p., tradução nossa).

Torna-se relevante ressaltar o papel das Licenças *Creative Commons*, amplamente utilizadas internacionalmente. Para Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 5) elas funcionam como um instrumento “que flexibiliza o copyright, um tipo de contrato que permite aos autores decidir como compartilhar suas obras, e que também indicam aos usuários, mediante uns ícones fáceis de compreender, o que podem fazer ou não com essas obras”. Ainda sobre o universo de direitos autorais e a intrínseca relação que ele tem com o Acesso Aberto, Couto e Ferreira (2019) apresentam aquilo que pode ser intitulado como “caminho ilegal para o Acesso Aberto” ou “acesso não consentido”, que é “toda forma de uso ou disponibilização de artigos científicos que ocorra sem a autorização dos titulares, geralmente por meio de tecnologias digitais, caracterizando violação dos direitos autorais.” (Couto E Ferreira, 2019, n. p.)

Ante o exposto, torna-se necessário entender em que sentido os aparatos legais impostos pelas revistas científicas brasileiras podem influenciar o cumprimento da Via Verde do Acesso Aberto.

AS DIFERENTES VERSÕES DE UM ARTIGO CIENTÍFICO

Mundo afora as revistas científicas se destacam como o canal prioritário de comunicação científica. A publicação em revistas é um meio para o prestígio e o reconhecimento, e os artigos publicados são "requisitos primordiais e usuais para a evolução na carreira de professores e pesquisadores, e uma fonte para a melhoria de seus rendimentos" (Serra; Fiates; Ferreira, 2008, p. 35). As razões que levam os pesquisadores a elegerem prioritariamente este canal no momento de comunicar os resultados de suas pesquisas são diversas e foram sintetizadas por Vilas Boas, Campos e Amaro (2021, p. 29):

pode-se dizer que as motivações mais relevantes dizem respeito ao reconhecimento acadêmico/científico entre os pares e perspectiva de citação pelos mesmos, oportunidade de disseminar informações concebidas cientificamente, possibilidade de contribuir com novas frentes de pesquisa e facilidades associadas ao ambiente da internet.

Diante destas motivações e considerando a tradição de “*publish or perish*” que historicamente recai sob o ambiente acadêmico, é axiomático dizer que as revistas científicas precisam lidar com um enorme volume de submissões, as quais precisam passar por um criterioso processo de avaliação por pares de modo que somente sejam publicados trabalhos com relevância científica e que de fato contribuam para o avanço da Ciência.

Neste sentido, são raras as vezes em que um artigo científico é aprovado para publicação sem que sejam solicitadas alterações por parte da revista, sejam elas por diversos motivos, como de

conteúdo ou de forma (Serra; Fiates; Ferreira, 2008). Com isso, entre a redação de um artigo científico e sua publicação acabam sendo elaboradas diferentes versões daquele mesmo documento, sendo ao menos duas: *preprint* e *postprint*. As discussões teórico-conceituais em torno destes termos vêm de longa data e se relacionam com uma série de outros elementos que giram em torno de um trabalho científico. No meio editorial, via de regra estes termos já são conhecidos, mas nem sempre o são entre os pesquisadores. Para efeitos deste estudo utilizaremos como referência as definições trazidas por Costa e Leite (2016, p. 89, grifo nosso), a saber:

A versão **pré-print é a versão do trabalho que ainda não foi revisada pelos pares, logo a pós-print é aquela que já passou pela revisão**. A versão pós-print ainda pode se dividir em duas categorias, uma para as que foram revisadas, mas ainda não foram editadas; e outra para as que já foram editadas.

Acerca dos *postprints* e as duas categorias trazidas pelos autores supracitados, é importante que seja feita uma explicação mais detalhada sobre a diferença entre elas. As duas versões convergem no sentido de que já passaram pelo processo de avaliação por pares da revista e os autores já fizeram as correções solicitadas, mas se divergem pelo fato de a primeira (*postprint* do autor) ainda não ter sido publicada ou diagramada pela revista e a segunda (*postprint* da revista) já ter sido publicada ou ao menos diagramada, o que compreende: inclusão de cabeçalhos e rodapés, paginação, datas de recebimento e aceite, biografia dos autores, selo da revista, etc.

Rosa et al. (2020), ao avaliarem um nicho bastante específico de revistas científicas brasileiras, apontam que o tempo máximo gasto para aprovação de um artigo científico varia entre 155 e 1.229 dias, tempo esse que varia conforme uma série de fatores. Tomando por base a análise feita pelos autores e considerando o volume de artigos científicos que os pesquisadores redigem no decorrer de suas carreiras atrelado ao tempo gasto para que as revistas científicas desempenhem todo o processo editorial necessário à publicação de um artigo, é notório que o conhecimento, controle e aplicação dos direitos autorais que incidem sobre cada uma das versões de um mesmo artigo é uma das tarefas que possivelmente mais são relegadas por parte dos autores. Como forma de facilitar a obtenção dessas informações para todos os atores envolvidos no processo de comunicação científica e minimizar possíveis problemas de ordem jurídica entre pesquisadores e as revistas científicas é que o Diadorim foi criado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da compilação de dados provenientes do Diadorim em um arquivo CSV, realiza-se uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem quantitativa com vistas a concretizar o objetivo de traçar um diagnóstico das revistas científicas brasileiras no que diz respeito às políticas de armazenamento e acesso dos artigos em repositórios digitais. Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados no dia 18 de outubro de 2023, época na qual a amostra contava com 3.133 revistas científicas eletrônicas em situação “Vigente”. Os resultados discutidos neste estudo dizem respeito, portanto, às revistas devidamente registradas no diretório Diadorim neste período.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O primeiro resultado desta pesquisa diz respeito ao metadado “Disponibilidade para depósito”. Neste campo a revista resume qual a sua política em relação ao armazenamento e acesso dos artigos que publica em repositórios institucionais/temáticos. O Diadorim segue uma categorização internacional por cores para classificar as revistas, a qual foi baseada na iniciativa europeia Sherpa/Romeo. A referida categorização é realizada a partir das respostas que são dadas às seguintes questões:

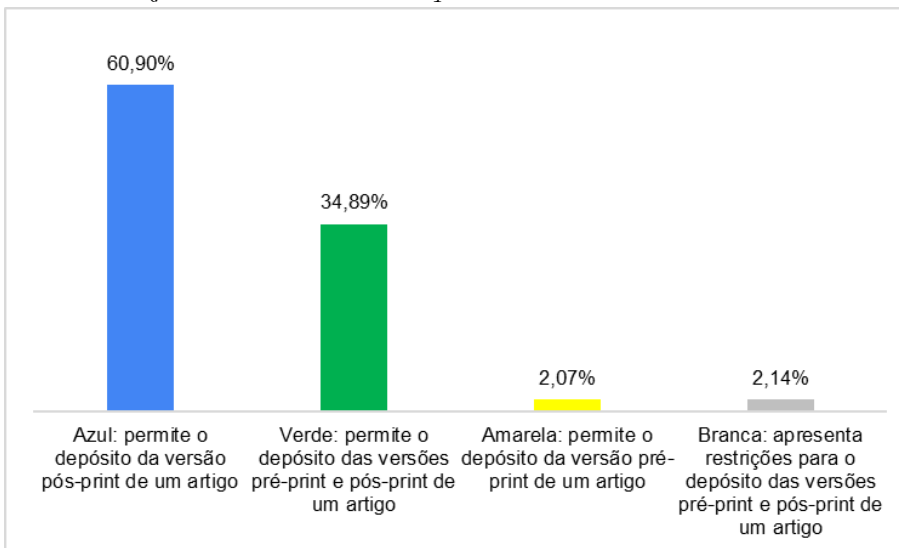
4. Permite armazenamento e acesso ao preprint?
5. Permite armazenamento e acesso ao posprint do autor?
6. Permite armazenamento e acesso ao posprint da revista?

Com as respostas “Sim” ou “Não” a cada uma das questões acima as revistas recebem um dos seguintes selos:

1. Azul: permite o depósito da versão posprint de um artigo
2. Verde: permite o depósito das versões preprint e posprint de um artigo
3. Amarela: permite o depósito da versão preprint de um artigo
4. Branca: apresenta restrições para o depósito das versões preprint e posprint de um artigo

Figura 1

Selo de armazenamento e acesso adotado pelas revistas



Fonte: os autores, com base nos dados da pesquisa (2023)

Em última instância, este metadado informa quais são as versões de um artigo científico que podem ser depositadas em repositórios institucionais/temáticos. Conforme já abordado, um mesmo artigo científico possui diferentes versões, e sob cada uma delas podem incidir permissões distintas. O resultado obtido nesta pesquisa aponta que cerca de 98% das revistas científicas registradas no Diadorim permitem que ao menos umas dessas versões sejam depositadas nos

sistemas que compõem a Via Verde do MAA. Os resultados aqui apresentados precisam ser mais sintéticos, mas a consulta ao Diadorim permite que qualquer ator envolvido no processo de comunicação científica saiba exatamente qual versão de um artigo pode ser depositada em um repositório digital de Acesso Aberto e qual não pode ser, bem como o prazo para que isso possa ser feito.

Existe uma larga discussão conceitual na literatura científica sobre o que de fato são os repositórios institucionais. Ao discorrerem sobre o assunto, Costa e Leite (2016) fazem uma revisão de literatura sobre o tema sem, contudo, apontar uma definição única para os RI, o que é explicado devido às diferentes perspectivas sobre estes sistemas em diferentes países. De todo modo, os autores deixam nítido que os repositórios são sistemas indispensáveis para o alcance dos objetivos do MAA e para a preservação e visibilidade da produção científica institucional ou de uma área do conhecimento. Isto posto, é notório que a política de armazenamento e acesso definida pela equipe editorial de uma revista científica afeta diretamente o povoamento dos sistemas que compõem a Via Verde do MAA, cabendo aos responsáveis compreenderem a importância desta política para a maximização da visibilidade da produção científica nacional.

Ainda acerca da intrínseca relação estabelecida entre as revistas científicas e os repositórios, a origem do MAA previa o povoamento dos repositórios por meio de autoarquivamento, o qual “proporciona ao pesquisador a possibilidade de sozinho, deixar seu trabalho acessível para qualquer leitor com acesso à internet, aumentando a visibilidade de sua pesquisa” (Veiga; Macena, 2015, p. 36). Os autores ainda apontam que as instituições enfrentam dificuldades em lidar com o autoarquivamento. No universo da pesquisa, 64% dos repositórios possuíam a função de autoarquivamento habilitada, mas, em contrapartida, somente 36% deles permitiam que isso de fato fosse feito. Não obstante, nos repositórios em que foi detectada a real possibilidade do autoarquivamento ser feito notou-se baixa adesão dos pesquisadores, onde nem políticas mandatórias se mostraram efetivas, cabendo aos gestores destes sistemas, especialmente aos bibliotecários, o povoamento dos repositórios dentro das limitações técnicas que lhes são impostas (Veiga; Macena, 2015). Dois anos antes, Assis (2013), ao estudar as políticas de autoarquivamento definidas por repositórios institucionais brasileiros e portugueses, já havia detectado dificuldade similar:

Apesar de não ser ainda uma prática comum nos repositórios institucionais de todo o mundo, o arquivamento não demanda esforço de trabalho excessivo para o autor. Para isto, as instituições devem disponibilizar materiais de apoio e treinamento para que os pesquisadores se sintam confortáveis com o sistema. Mais que realizar o depósito, as instituições devem se preocupar em repassar para seus pesquisadores a filosofia e a relevância do movimento de acesso aberto à informação científica, fazendo com os seus pesquisadores se tornem conscientes da importância do auto-arquivamento. (Assis, 2013, p. 217)

Não é factível desconsiderar que os dados fornecidos pelo Diadorim refletem a realidade de outubro de 2023, enquanto os estudos que mostram as dificuldades de povoamento dos repositórios são de 2013 e 2015. Neste sentido, é possível que as políticas de armazenamento e

acesso definidas pelas revistas tenham evoluído durante este período. Contudo, uma das hipóteses deste estudo é a de que os repositórios ainda enfrentam dificuldades de povoamento. Por esta razão apresenta-se aqui “um modelo conceitual para uma estrutura de comunicação acadêmica altamente distribuída e internacional, chamada Pubfair” (Ross-Hellauer *et al.*, 2020, p. 1). A Pubfair é uma proposta liderada pela *Confederation of Open Access Repositories* (COAR) para a próxima geração de repositórios, na qual diferentes estruturas de comunicação científica funcionam de maneira integrada.

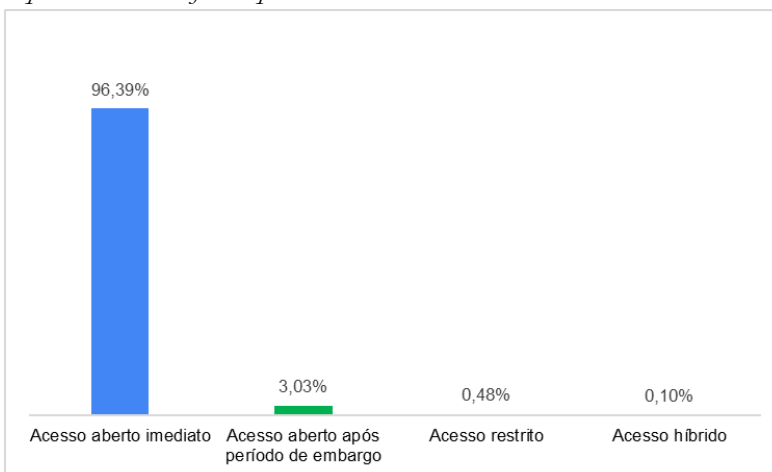
A Pubfair é uma estrutura de trabalho aberta, modular, de publicação que permite a submissão, avaliação de qualidade e acesso a uma gama de resultados de pesquisa, com a funcionalidade adicional de permitir que os usuários criem canais de difusão para vários grupos de interessados [...]. A abordagem única, distribuída e modular da Pubfair à comunicação acadêmica facilita um maior compartilhamento e colaboração on-line, ao mesmo tempo em que promove a transparência e a confiança nos resultados de pesquisa difundidos por meio dos serviços (Ross-Hellauer *et al.*, 2020, p. 7). Em linhas gerais, a proposta trazida pela Pubfair coloca os repositórios na linha de frente do processo de comunicação científica, o que poderia dirimir ou até mesmo extinguir o problema de povoamento destes sistemas fundamentais à Ciência.

O segundo resultado desta pesquisa diz respeito ao metadado “Tipo de acesso”, que nada mais é do que o tipo de acesso permitido pela revista aos artigos aceitos nas diferentes fases do processo editorial. Este metadado deve ser preenchido com uma das seguintes respostas:

1. Acesso aberto imediato: todos os artigos ficam disponíveis para acesso imediatamente após sua publicação, sem nenhum tipo de barreira
2. Acesso aberto após período de embargo: todos os artigos ficam disponíveis para acesso após um período de embargo, que varia de acordo com a política da revista
3. Acesso restrito: todos os artigos somente podem ser acessados por meio de login e/ou assinatura
4. Acesso híbrido: somente parte dos artigos estão disponíveis em acesso aberto

Figura 2

Tipo de acesso conferido pelas revistas



Fonte: os autores, com base nos dados da pesquisa (2023)

Mais de 96% das revistas cadastradas no Diadorim foram declaradas de Acesso Aberto imediato, o que significa dizer que os artigos aceitos pela revista estão disponíveis em acesso aberto imediatamente após sua publicação. Ademais, das poucas revistas que declararam outros tipos de acesso, em especial “Acesso Aberto após período de embargo” (3,03%) e “Acesso híbrido” (0,10%), levanta-se a hipótese de que na verdade são de “Acesso Aberto imediato”. Esta hipótese sustenta-se na consulta ativa feita a boa parte destas revistas, onde não havia qualquer tipo de restrição de acesso aos artigos publicados, podendo indicar desatualização dos dados fornecidos pelos editores das revistas ao Diadorim. Quanto às revistas que responderam “Acesso restrito” (0,48%), a consulta ativa feita aos *sites* mostra que, em geral, o preenchimento foi feito corretamente.

Este resultado coaduna-se a estudos que mostram a evolução do MAA no âmbito da América Latina. Brainard (2021, n. p., tradução nossa) aponta que o "Brasil e outros países financiaram a criação de periódicos de Acesso Aberto e repositórios de artigos gratuitos, e a região em 2019 tinha a maior porcentagem de artigos acadêmicos disponíveis em Acesso Aberto, 61%, de acordo com a *Curtin Open Knowledge Initiative*". Esta proeminência do País está atrelada à publicação de diversos Manifestos e Declarações - em especial o “Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica” - que prevê formas e caminhos para a criação de políticas nacionais em prol do Acesso Aberto. De maneira prática, destaca-se a larga utilização do Sistema Eletrônica de Editoração de Revistas (SEER) e o projeto para a criação de repositórios institucionais em instituições públicas, ambos apoiados e coordenados pelo Ibict. (Costa E Leite, 2016)

O último resultado desta pesquisa diz respeito à Licença *Creative Commons* adotada pela revista. Estas Licenças possuem estreita relação com a questão de direito autoral e são usadas para facilitar o entendimento das partes interessadas acerca dos direitos que recaem sobre uma produção intelectual, particularmente os artigos científicos, no caso deste estudo. Sobre estas Licenças tem-se a explanação feita por Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 5), que afirmam que elas são:

um tipo de contrato que permite aos autores decidir como compartilhar suas obras, e que também indicam aos usuários, mediante uns ícones fáceis de compreender, o que podem fazer ou não com essas obras. Dentro das licenças, existem diferentes graus de abertura, desde as mais abertas, que simplesmente requerem citar ao autor, até as mais restritivas, que impedem usos comerciais e as obras derivadas.

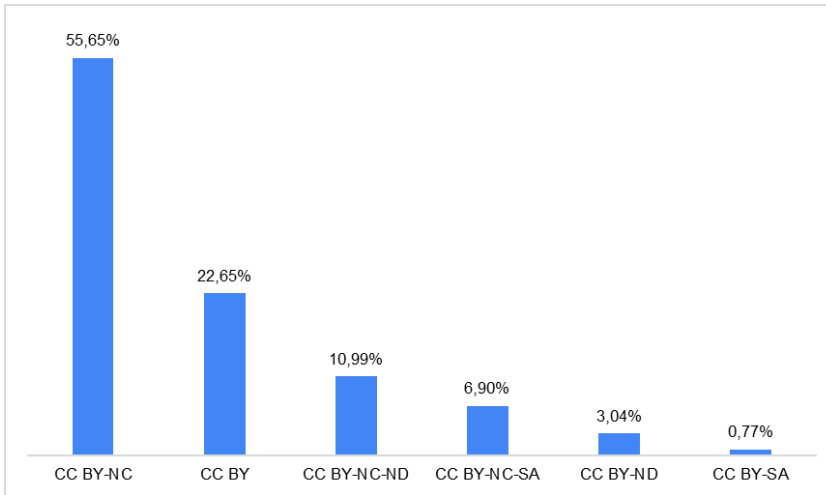
O Diadorim requer o preenchimento deste metadado durante o registro de uma revista, onde o editor ou responsável pelo registro deve escolher a qual das seis (6) Licenças a revista é signatária, sendo elas:

1. Permite remixagem, adaptação e nova criação a partir da obra, para fins não comerciais, desde que seja atribuído o crédito ao autor (CC BY-NC)
2. Permite distribuição, remixagem, adaptação e criação da obra, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o crédito ao autor (CC BY)
3. Permite a redistribuição, não comercial, desde que a obra original não seja modificada e que seja atribuído o crédito ao autor da obra original (CC BY-NC-ND)
4. Permite a remixagem, adaptação e criação da obra, para fins não comerciais, desde que as novas criações utilizem a mesma licença da obra original (CC BY-NC-SA)

5. Permite a redistribuição, comercial ou não comercial, desde que a obra original não seja modificada e que seja atribuído o crédito ao autor (CC BY-ND)
6. Permite distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir da obra, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído crédito ao autor e que as criações utilizem a mesma licença (CC BY-SA)

Figura 3

Tipo de Licença adotada pelas revistas



Fonte: os autores, com base nos dados da pesquisa (2023).

A adoção de todas as revistas a uma das Licenças *Creative Commons* já é um resultado positivo no que diz respeito à manutenção dos direitos autorais e o MAA, uma vez que tratam-se de licenças abertas. Apesar disso, 1.730 (58,33%) das revistas da amostra adotam a licença CC BY-NC e outras que possuem a limitação “NC”, que impõe limitações quanto ao uso comercial das obras. Sobre a adoção desta e de outras licenças com a mesma limitação, Carroll (2011) tece críticas no sentido de que, apesar de compreensível, elas limitam futuras utilizações do artigo científico. Na sequência, a Licença mais adotada pelas revistas é a CC BY, a mais aberta de todas, em que é necessário apenas citar a fonte. A licença também permite fazer uso das obras para qualquer finalidade. Esse resultado vai ao encontro do estudo realizado por Muriel-Torrado, Canto e Pinto (2019) com periódicos latino-americanos de Acesso Aberto, no qual verificaram que a licença CC BY é a mais utilizada, representando 38% da amostra. Logo em seguida tem-se o uso da licença CC BY-NC-ND (10,99% da amostra). Nota-se, portanto, que os dados coletados no Diadorim mostram uma realidade similar ao do contexto Latino-Americano, com uma predominância de uso dessas duas licenças (CC BY-NC e CC BY).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas Vias do MAA são fundamentais e complementares ao alcance dos objetivos do Movimento, sendo a remoção das barreiras de acesso à literatura científica a principal bandeira

defendida. Do ponto de vista macro, estudos mostram que países da América Latina, com destaque para o Brasil, têm obtido êxito na concretização deste objetivo.

Diante o exposto nesta pesquisa, a qual não considera a totalidade das revistas científicas brasileiras, mas somente aquelas registradas no Diadorim, é notório que elas estão alinhadas aos princípios elementares do Acesso Aberto, inclusive em relação à Via Verde, principal ponto de discussão do estudo. As revistas analisadas são majoritariamente de Acesso Aberto e não detém o direito exclusivo de publicação de seus artigos, concedendo aos autores a possibilidade de depositá-los em repositórios digitais institucionais/temáticos. Esta afirmação é respaldada pelo primeiro resultado obtido na pesquisa, o qual mostra que 98,05% das revistas adotam os selos de cor Verde, Azul ou Amarela, os quais permitem que ao menos uma das versões dos artigos (ou mais de uma versão, no caso do selo de cor Verde), sejam armazenados e acessados em repositórios institucionais/temáticos, cabendo aos autores e/ou às instituições exercerem este processo, seja por autoarquivamento ou depósito mediado.

Quanto ao tipo de acesso adotado pelas revistas, a maioria autodeclara ser de Acesso aberto imediato, o que significa dizer que assim que publicados pelas revistas os artigos já ficam disponíveis para acesso de público, sem qualquer tipo de barreira. Menos de 4% das revistas analisadas adotam outros tipos de acesso, e aquelas que adotam ainda não os restringe de maneira categórica.

No que tange às licenças adotadas, há de se considerar o amplo uso pelas revistas da licença CC BY-NC e outras com o mesmo tipo de limitação, que aponta restrições quanto ao uso comercial das obras publicadas. Contudo, é importante destacar que a adoção desta licença ou de qualquer outra do tipo CC não significa restrição para o depósito dos artigos em repositórios. Além disso, a segunda licença mais utilizada é a CC BY, a mais permissiva de todas, apontando uma preocupação por parte das revistas da amostra em seguir o MAA.

Os dados apresentados na pesquisa mostram que as revistas científicas brasileiras têm se portado de maneira favorável ao armazenamento e acesso dos artigos publicados em repositórios institucionais, ainda que imponham restrições a algumas versões específicas. Contudo, pesquisas anteriores apontam para a dificuldade de povoamento dos repositórios com esta tipologia documental, o que está atrelado a razões distintas. Futuramente, pretende-se investigar se o cenário de povoamento dos repositórios institucionais com artigos científicos mudou ao longo dos anos. De todo modo, é válido trazer para análise a Pubfair, uma iniciativa da COAR para a próxima geração de repositórios, onde estes sistemas seriam a porta de entrada para publicações científicas, dirimindo estes problemas de povoamento.

REFERÊNCIAS

- Amaro, Bianca. Bibliotecas, repositórios institucionais e direitos autorais. *Cadernos BAD*, Lisboa, (2), 265-274 jul./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1604>.
- Assis, Tainá Batista de. Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses. *InCID*, São Paulo, 5(2), 212-227, 2013. DOI:

- <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p212-227>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69329>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Brainard, Jeffrey. Open Access Takes Flight: As a new mandate takes effect, researchers and institutions grapple with the trade-offs of making scientific publications free for all. *Science*, Washington, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2021/01/new-mandate-highlights-costs-benefits-making-all-scientific-articles-free-read>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Brasil. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 18 out. 2023.
- Budapest of Open Access Initiative. Read the Budapest Open Access Initiative. Budapest: [s. n.], 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Costa, Michelli Pereira da; Amaro, Bianca; Assis, Tainá Batista de. Serviços de difusão de políticas para o acesso aberto: Sherpa/Juliet, Melibea e Roarmap. *Encontros Bibli*, Florianópolis, 17(2), 36-54, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p36>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Costa, Michelli Pereira da; Leite, Fernando César Lima. Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23202>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Couto, Walter; Ferreira, Sueli Mara Soares Pinto. Caminhos legais e ilegais para o Acesso Aberto: uma exploração de controvérsias. *Transinformação*, Campinas, (31), 2022. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5906>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Creative Commons Brasil. Sobre as licenças. [s. l.]: *Creative Commons Brasil*, 2022. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/licencas/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Cunha, Jacqueline de Araújo. As cores do acesso aberto à informação científica. *BiblioCanto*, Natal, 4(1), 22-39, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/15869>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Diadorim. Sobre o Diadorim. 2023. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/diadorim.jsp>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Mueller, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, 35(2), 27-38, maio/ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Muriel-Torrado, Enrique; Canto, Fábio Lorensi do; Pinto, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons em periódicos latino-americanos de acesso aberto. *Ciência da Informação*, Brasília, 48(3), 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136424>. Acesso em: 18 out. 2023.

- Muriel-Torrado, Enrique; Pinto, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de ciência da informação: acesso aberto ou acesso grátis? *Biblios*, Tacna, (71), 1-16, 2018. DOI: 10.5195/biblios.2018.424. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n71/a01n71.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Rios, Fahina Pinto; Lucas, Elaine Rosângela de Oliveira; Amorim, Igor Soares. Manifestos do Movimento de Acesso Aberto: análise do domínio a partir dos periódicos brasileiros. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, 15(1), 148-169, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152/1103>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Rosa, William Pereira; Gabriel Junior, Rene Faustino; Moura, Ana Maria Mielniczuk; Strasburger, Karol de Rosso; Alves, Thiago Monteiro. Análise do tempo de aprovação dos artigos publicados nos periódicos brasileiros de ciência da informação. *Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*, 7, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/148855>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Ross-Hellauer, Tony; Fecher, Benedik; Shearer, Kathleen; Rodrigues, Eloy. Pubfair: uma estrutura distribuída para serviços de publicação aberta. Brasília, *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*, 2020. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1088>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Serra, Fernando Ribeiro; Fiates, Gabriela Gonçalves; Ferreira, Manuel Portugal. Publicar é difícil ou faltam competências? O desafio de pesquisar e publicar em revistas científicas na visão de editores e revisores internacionais. *Revista de Administração MacKenzie*, São Paulo, 9(4), 32-55, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ram/v9n4/v9n4a04.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Souza, Maria Naires Alvez de; Paes, Denyse Maria Borges; Fernandes, Rafael Gomes; Rios, Francisco Welton Silva. Acesso aberto à informação científica e direito autoral: ações e contradições. *Encontros Bibli*, Florianópolis, 17(esp.), 55-64, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p55>. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17nesp2p55>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Veiga, Viviane; Macena, Luis Guilherme. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. *Ponto de Acesso*, Salvador, 9(3), 35-47, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107/10302>. Acesso em: 18 out. 2023.
- Vilas Boas, Raphael Faria; Campos, Phillipe de Freitas; Amaro, Bianca. Análise dos critérios formais de qualidade editorial: a política de classificação de periódicos científicos a partir do Qualis periódicos. *Informação & Informação*, Londrina, 26(1), 28-52, jan./mar. 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n1p2. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39985>. Acesso em: 18 out. 2023.

Sobre os autores

Fhillipe de Freitas Campos. Bacharel em Biblioteconomia (2018) e Mestrando em Ciência da Informação (2023-) pela Universidade de Brasília. Atua como Bibliotecário e Pesquisador no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e na Secretaria Executiva da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (SE UNA SUS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7093-703X>.

Raphael Faria Vilas Boas. Bacharel em Biblioteconomia (2015) e Graduando em História pela Universidade de Brasília. Atua como Bibliotecário-Documentalista na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1325-6577>

Juliana Araujo Gomes de Sousa. Bacharel em Biblioteconomia (2015) pela Universidade de Brasília. Atua como Bibliotecária e Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e na Secretaria Executiva da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (SE UNA SUS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6672-4966>.

Denise Aparecida Freitas de Andrade. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2022). Atua como Bibliotecária e Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3988-5929>.

Priscila Machado Borges Sena. Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Informação, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS). Atua como Pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5612-4315>.

Bianca Amaro. Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Pompeu Fabra (1998). Atua como Tecnologista na Coordenação de Tratamento, Análise e Disseminação da Informação Científica no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Membro do Conselho Diretivo da Rede de Repositórios de Acesso Aberto à Ciência (LA Referencia), do Comitê Executivo da Confederation of Open Access Repositories (COAR) e Copresidente da Research Data Alliance (RDA-Brazil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4703-8992>.

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo. Mestre (2011) e Doutor (2019) em Informática pela Universidade de Brasília. Atua como Coordenador-geral de Informação Científica e Técnica no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). É membro e coordena projetos e comitês nas áreas de Ciência Aberta e Ciência de Dados. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3635-9384>.